CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

18. resultado financeiro, líquido	2021	2020
Rendimentos sobre aplicações fi	717.41	234.96
Descontos e bonificações recebi	23.48	34.51
	740.89	269.48
Juros e multas	(4.47€)	(2.42)
Tarifas bancárias	(87.38)	(34.19)
	(91.85)	(34.43)
Resultado financeiro, líquido	649.03	235.04

19. Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Na condição de Entidade sem fins lucrativos, aplicam-se a Entidade determinados benefícios fiscais estabelecidos em legislação ordinária.

O art. 15 da Lei nº 9.532/97 prevê isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) às associações civis, sem fins lucrativos, observados os seguintes requisitos:

- Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
 - Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
 - Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
 - Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
 - Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
 - Não apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destinar referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
- A isenção não abrange os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

20. Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber, assim como fornecedores, outras contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Durante os exercícios de 2021 e 2020 não havia diferenças significativas entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Entidade.

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros da Entidade foram classificados conforme as seguintes categorias:

Descrição	Classificação	2021		2020	
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	29.191.959	29.191.959	9.215.634	9.215.634
Contas a receber - Contrato de gestão	Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	1.799.422	1.799.422	3.752.755	3.752.755
Outras contas a receber	Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	1.272.810	1.272.810	217.609	217.609
Fornecedores	Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	7.437.735	7.437.735	3.049.411	3.049.411
Outras contas a pagar	Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	614.147	614.147	127.279	127.279

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em aplicações financeiras de liquidez, com bancos públicos em títulos de baixo risco como CDB.

21. Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2021 e 2020.

22. Partes relacionadas

a. Remuneração da Administração

A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores Executivos. A remuneração total de 2021 foi de R\$ 2.503.273 (R\$ 1.344.000 em 2020).

23. Eventos subsequentes

Ajuizamento de penhora de ativos da ASELC

Por determinação no juízo da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará houve a penhora de verbas públicas no repasse mensal à ASELC, oriundo do Contrato de Gestão 05/2018 celebrado com a SESP para operacionalização e gestão do Hospital Regional Público do Araguaia. Trata-se de execução fiscal movida pela União Federal contra a antiga Organização Social gestora do HRP, por débito fiscal de exercícios anteriores. A referida ação judicial tramita em segredo de justiça, conforme determinação judicial. A ASELC já adotou meios de impugnação cabíveis visando desconstituir a constrição judicial, sobretudo por não ser responsável por qualquer passivo deixado pela organização social que geria o referido hospital em data anterior ao Contrato de Gestão celebrado, conforme cláusula específica prevista no instrumento contratual.

Aditivos contratuais do contrato de gestão

Assinatura dos seguintes Termos Aditivos (T.A.) para o Hospital Regional Público do Araguaia - HRP:

- Assinatura do 14º Termo Aditivo, cujo objeto é a implantação de mais 10 (dez) leitos de UTI, para funcionamento temporário previsto para 60 (sessenta) dias, no valor de R\$ 2.619.996.
- Assinatura do 15º Termo Aditivo, em 26 de março de 2022, cujo objeto é o repasse de valores visando a elaboração e apresentação dos projetos executivos de arquitetura e complementares da reforma e ampliação do HRP, no valor de R\$395.000;
- Assinatura do 16º Termo Aditivo, em 26 de março de 2022, para redução de 10 (dez) leitos de UTI exclusivos para covid previstos no 14º Termo Aditivo e prorrogação da manutenção de até 10 Leitos Clínicos de covid e até 10 Leitos de UTI de covid, no valor de R\$2.489.994.

Assinatura dos seguintes Termos Aditivos (T.A.) para o Hospital Regional de Castanhal - HRPC:

- 7º T.A., em 21 de janeiro de 2022, para prorrogação do Contrato de Gestão por mais 12 (doze) meses, no valor mês de R\$ 11.971.300 (Contrato vigente até 21 de janeiro de 2023);
- 8º T.A., em 26 de janeiro de 2022, para implantação de mais 10 (dez) leitos, totalizando os 160 (cento e sessenta) da estrutura do HRPC, no valor de R\$960.000;
- 9º T.A., em 11 de março de 2022, para repasse de valores a título de investimento, para aquisição de bens permanentes (mobiliário), no valor de R\$1.630.146;
- 10º T.A., em 11 de março de 2022, para repasse de valores a título de investimento, para aquisição de bens permanentes (equipamentos médicos), no valor de R\$ 7.441.374;
- 11º T.A., em 25 de março de 2022, para prorrogação da Vigência do 6º Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 001/SESPA/202 para repactuação de serviços hospitalares, no valor de R\$7.480.000;